

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – A Expansão do Poder Judicial no Estado Contemporâneo ...	9
1.1 – Noção Introdutória.....	9
1.2 – A Formação do Estado Contemporâneo	11
1.2.1 – Do Constitucional ao Social	18
1.2.2 – Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	27
1.3 – O Estado Contemporâneo e a sua Função Social	38
1.3.1 – A Centralidade dos Direitos Fundamentais e a Concretização do Bem Comum	45
1.4 – A Crise do Estado Contemporâneo	60
1.5 – O Constitucionalismo Contemporâneo	68
1.5.1 – Considerações Gerais sobre o Constitucionalismo Contemporâneo Europeu e Norte-Americano	76
1.5.2 – A Emergência do Pós-Positivismo	93
1.6 – A Expansão do Poder Judicial no Estado Contemporâneo	104
1.6.1 – O Estado Contemporâneo e a Judicialização da Política e das Relações Sociais.....	111
1.6.2 – A Expansão Judicial Contemporânea no Brasil.....	122
Capítulo 2 – Ativismo Judicial	133
2.1 – Noção Introdutória.....	133
2.2 – Conceitos e Abordagens do Ativismo Judicial.....	136
2.2.1 – Origem e Evolução do Ativismo Judicial.....	145

2.2.2. – O Uso Alternativo do Direito na Itália e no Brasil.....	156
2.2.3 – Dimensões Justifilosóficas do Ativismo Judicial	167
2.3 - Impulsão do Ativismo Judicial.....	180
2.3.1 - A Crise da Democracia Representativa e o Acesso à Justiça...	182
2.3.2 – A Legitimidade Democrática do Poder Judiciário	188
2.3.3 – O Controle Judicial de Constitucionalidade	194
2.3.4 – O Controle Judicial das Políticas Públicas.....	200
2.3.5 – O Papel Contra-Majoritário do Poder Judiciário e o Direito das Minorias.....	206
2.4 – Ativismo Judicial no Estado Contemporâneo.....	212
2.4.1 – Ativismo Judicial na Itália	216
2.4.2 – Ativismo Judicial e a Efetivação dos Direitos Constitucionais no Brasil	224
Capítulo 3 – Jurisdição Constitucional Versus Democracia.....	233
3.1 – Noção Introdutória.....	233
3.2 – A Dimensão da Democracia no Estado Contemporâneo.....	236
3.3 – A Separação dos Poderes no Estado Contemporâneo.....	245
3.3.1 – As Relações Assimétricas entre os Poderes	253
3.3.2 – A Separação dos Poderes e a busca do Equilíbrio entre Constituição e Democracia.....	262
3.4 – Constitucionalismo Popular e Minimalismo Judicial.....	271
3.4.1 – Autocontenção das Cortes (<i>self-restraint</i>)	278
3.4.2 - A Legitimidade Democrática dos Canais Políticos.....	288
3.5 – Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição.....	297

Capítulo 4 – Diálogos Institucionais	305
4.1 – Noção Introdutória.....	305
4.2 – Conceito e Abordagens de Diálogos Institucionais.....	308
4.2.1 – Supremacia Constitucional e Democracia Deliberativa ...	314
4.2.2 – Ativismo Dialógico	321
4.2.3 – A Tipologia do Juiz Hermes no Contexto Dialógico	329
4.3 – Teorias Dialógicas	339
4.3.1 – Diálogo no Interior da Decisão Judicial.....	345
4.3.2 – Diálogo como Fruto da Separação dos Poderes.....	353
4.4 – Experiências Estrangeiras de Práticas Dialógicas.....	359
4.5 – Diálogos Institucionais no Brasil	368
4.5.1 – Potencial Dialógico Brasileiro	374
4.5.2 – Entraves Sistêmicos e Desafios a serem superados para o Êxito das Práticas Dialógicas no Brasil	389
Conclusões.....	397
Referências das Fontes Citadas	409